

Senador americano acha que dívida só será debatida em 90

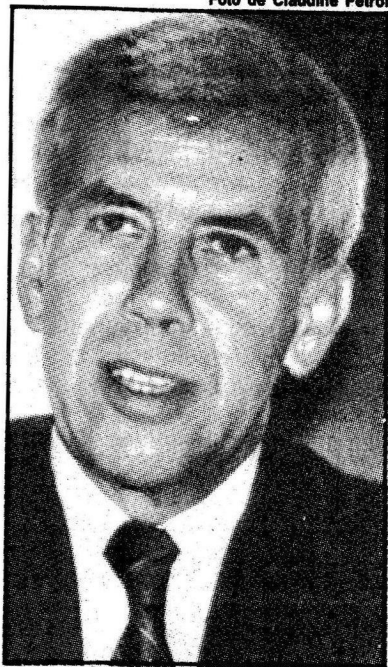
Foto de Claudiné Petroll

SÃO PAULO — Após reunião que manteve anteontem à tarde com o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e ontem às 7h com representantes brasileiros de bancos americanos credores e em seguida com economistas, o Senador dos EUA Richard Lugar, membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado, deixou claro que sua impressão nesta breve viagem ao País é de que só ocorrerão ações substanciais no Brasil quanto à dívida externa no próximo Governo, quando acredita haverá uma liberalização da economia e chances de conversações mais úteis com os Estados Unidos.

Segundo o Senador Lugar, Mailson lhe garantiu em reunião mantida em Brasília anteontem que não espera realizar uma negociação abrangente da dívida externa neste Governo. Na opinião do Senador americano, o Brasil caminhará para a liberalização do mercado após a eleição de um novo Presidente, que terá respaldo de mais de 50% da população.

Sobre o acordo com o México, Richard Lugar disse que o Secretário do Tesouro americano claramente estimulou os bancos americanos a negociarem com o Governo mexicano e que hoje os grandes bancos querem continuar participando da economia daquele país e até emprestando dinheiro. Em relação ao Brasil, ações substanciais só são esperadas para o próximo Governo.

Em relação às ameaças de retaliações americanas, Lugar comentou que as autoridades brasileiras argumentam que as reservas que o Governo precisa para pagar o serviço da dívida só podem ser mantidas com uma política forte de exportação e de restrições às importações. Em consequência, ele só prevê que as



Lugar: à espera do novo Governo

negociações que se fazem necessárias entre os dois países só ocorrerão quando houver mudança na política econômica brasileira.

O Senador, que está em visita por países da América Latina, revelou ainda que teve oportunidade de realizar conversas confidenciais com autoridades brasileiras sobre interesses militares e de segurança do País. Ele limitou-se a comentar que os principais conflitos no mundo diminuiriam ou terminaram e, em consequência, a preocupação em relação as vendas de armas pelo Brasil também diminuiriam sensivelmente.